

**“CORREÇÃO MONETÁRIA” ART. 116 DA CONSTITUIÇÃO
ESTADUAL
(PARA ATIVOS E APOSENTADOS)**

O PAGAMENTO DA CORREÇÃO MONETÁRIA A QUE SE REFERE O ARTIGO 116 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, SOBRE QUAISQUER VANTAGENS OU PARCELAS REMUNERATÓRIAS PAGAS ADMINISTRATIVAMENTE **COM ATRASO E DE FORMA SINGELA**, APÓS 5 DE OUTUBRO DE 1.989 .

REQUISITOS/DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

1) CERTIDÃO OU DECLARAÇÃO DE CRÉDITO EXPEDIDA PELO DEPARTAMENTO PESSOAL OU XEROX DO HOLERITE DO MÊS EM QUE FOI PAGA A VANTAGEM ATRASADA .

DESPESAS PROCESSUAIS

Somente serão recolhidas em caso de indeferimento do Juízo competente, conforme DOJ 05/01/2004, e **para NÃO FILIADOS, as custas processuais perfazem o valor de R\$ 1400,00 que deverão ser depositados no BANCO DO BRASIL AG. 6501-3 – C/C: 3428-2**, REMETA-NOS CÓPIA, à Rua do CARMO, 44 -3º andar, Centro - São Paulo - CEP 01019-020, ou para o e-mail: juridico.sindicatouniao@gmail.com.

OBS: Caso necessite recorrer da sentença de 1º grau, será cobrado 2% do valor declarado na época própria.

Os filiados que pedir a exclusão do quadro associativo antes do termino da ação, deverá arcar com as custas processuais que perfazem o valor de R\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais), pagamento a partir da data de sua solicitação de exclusão, por não mais usufruir dos benefícios de filiados.

HONORÁRIOS

20% (VINTE POR CENTO) NO FINAL DA AÇÃO, SOBRE A IMPORTÂNCIA EFETIVAMENTE RECEBIDA. A PROCURAÇÃO ORA OUTORGADA PARA A COMPETENTE AÇÃO ORDINÁRIA CONSTITUI-SE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADVOCACIA, TENDO CARÁTER IRREVOGÁVEL E IRRETRATÁVEL, PREVALECENDO O ORA AJUSTADO, MESMO EM CASO DE REVOGAÇÃO DO MANDATO SEM MOTIVO JUSTO OU PAGAMENTO PELA VIA ADMINISTRATIVA .

PAGAMENTO AO CLIENTE

EM CASO DE ÊXITO DESTA AÇÃO, A IMPORTÂNCIA LIBERADA PELA (O) RÉ (U) SERÁ CREDITADA EM SUA CONTA CORRENTE. POR ESSE MOTIVO, NÃO DEIXE DE PREENCHER OS ITENS CORRESPONDENTE AOS " DADOS BANCÁRIOS" CONSTANTE NESSE FORMULÁRIO .

ATENÇÃO

OS DADOS ABAIXO SÃO FUNDAMENTAIS PARA A PROPOSITURA DESTA AÇÃO E COMUNICAÇÃO DE SEU ANDAMENTO. FAVOR PREENCHÊ-LOS CORRETAMENTE.

RG:	CPF:
NOME:	

ENDEREÇO RESIDENCIAL:			
BAIRRO:		CIDADE:	
ESTADO:	CEP:	TEFONE RESIDENCIAL: ()	CELULAR ()
E-MAIL:		ESTADO CIVIL: casado	
BANCO (NOSSA CAIXA OU SUBSTITUTO):		NOME DA AGENCIA:	
Nº DA AGENCIA:	CONTA CORRENTE:		
CARGO/ FUNÇÃO ATIVIDADE:			
APOSENTADO? não	DATA DE APOSENTADORIA	DATA DE DEMISSÃO / EXONERAÇÃO	DATA DE INGRESSO
QUANT. DE ADICIONAIS	DEPARTAMENTO EM QUE TRABALHA (OU TRABALHO)		
SECRETARIA QUE PERTENCE			
ENDEREÇO COMERCIAL			
BAIRRO		CIDADE	
ESTADO	CEP	TELEFONE ()	RAMAIL

PARA FACILITAR O CONTATO, ANOTE A SEGUIR OS DADOS DE DOIS FAMILIARES.

NOME	TELEFONE ()
NOME	TELEFONE ()

SÃO PAULO, _____ DE _____ DE _____.

ASSINATURA

PROCURAÇÃO AD-JUDICIA

Eu _____, nacionalidade:
_____, estado civil: _____, cargo: _____, portador(a) da
cédula de identidade Rg.n.º _____ e inscrito(a) no CPF sob o n.º
_____, residente e domiciliado (a) a _____ no bairro:
_____, na cidade de _____ no Estado de _____ – CEP.:

_____, por este instrumento de mandato nomeia e constitui seus bastantes procuradores os **Doutores Douglas Mattos Lombardi**, brasileiro, casado, advogado regularmente inscrito na OAB/SP sob o nº 228.013, **Israel Moreira de Azevedo**, brasileiro, casado, advogado regularmente inscrito na OAB/SP 61.593 e **Camilla Mele Martinez**, estagiária, solteira, regularmente inscrita na OAB/SP 184.185-E, todos com escritório à Rua do Carmo, nº 44, 3º Andar, no bairro da Sé, na cidade de São Paulo – Capital; conferindo-lhe amplos e gerais poderes para o Foro em geral, com a cláusula “*ad judicium*” em qualquer juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para transigir, firmar acordos ou compromissos, receber e dar quitação, desistir da ação, receber notificações e intimações, protestar títulos executivos judiciais ou extra-judiciais nos cartórios competentes, podendo ainda substabelecer a outrem com ou sem reserva de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso para praticar tantos atos quantos sejam infensos ao fiel cumprimento deste pacto, especialmente para representá-la no em **Ação de pagamento da correção monetária a que se refere o artigo 116 da constituição estadual, sobre quaisquer vantagens ou parcelas remuneratórias pagas administrativamente com atraso e de forma singela, após 5 de outubro de 1.989.**

São Paulo, ___ de _____ de 2011.

- Outorgante -

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro(a),
Servidor(a) Público Estadual portador(a) do
Documento de Identidade, R.G. nº _____,
inscrito(a) no CPF:nº _____ residente e
domiciliado(a) _____ na

, DECLARO, sob as penas da lei, que sou pessoa
pobre na acepção jurídica da expressão, no termo
do artigo 4º da Lei n.º 1060/50, não possuindo
recursos para arcar com as custas processuais sem
prejuízo do meu próprio sustento e da minha
família.

Sem mais, firmo o presente.

São Paulo, _____ de _____ de _____.

TERMO DE CIÊNCIA DA GRATUIDADE E RESPONSABILIDADE.

Eu, _____, brasileiro(a),
Servidor(a) Público Estadual portador(a) do
Documento de Identidade, R.G. nº _____,
inscrito(a) no CPF:nº _____ residente e
domiciliado(a) _____ na

, DECLARO, declaro para os devidos fins que tenho
conhecimento que, caso o juízo da ação empreendida
não entenda que eu faça jus à justiça gratuita,
deverei pagar as custas processuais quando me
forem solicitadas, conforme DOJ de 05/01/2004.

Sem mais, firmo o presente.

São Paulo, _____ de _____ de _____.
